



---

**RELATÓRIO DO TESOUREIRO À 51.ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA  
(RELATÓRIO DA COMISSÃO EXECUTIVA SOBRE OS ASSUNTOS  
FINANCEIROS)**

**12 DE JULHO DE 2022**

---

O Relatório do Tesoureiro versa sobre os seguintes aspectos:

- 1.0. Contas de gestão do exercício de 1 de Abril de 2021 a 31 de Março de 2022
  - 1.1. Contribuições obrigatórias dos membros registadas em 31 de Março de 2022 e em 30 de Junho de 2022
  - 1.2. Relatório do desempenho orçamental vigente em 31 de Março de 2022
    - 1.2.1. Actualização sobre o impacto da norma visando a optimização da tecnologia para a implementação de actividades
    - 1.2.2. Novos custos emergentes levados à atenção da Assembleia Plenária
    - 1.2.3. Relatório sobre os desvios orçamentais do exercício findo em 31 de Março de 2022 (receitas)
    - 1.2.4. Relatório sobre os desvios orçamentais do exercício findo em 31 de Março de 2022 (despesas)
- 2.0. Relatórios financeiros dos programas/projectos patrocinados por doadores
  - 2.1. ASDI (SIDA): Projecto de Saúde & Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR)
  - 2.2. GIZ/ADA: Projecto de Reforço da Capacidade Parlamentar na SADC
  - 2.3. ACTIONAID: Projecto de responsabilização e disponibilidade de corresponder às necessidades de género
  - 2.4. SAFAIDS
  - 2.5. PLAN International, ONOSIDA e UNDOC: Elaboração da Lei Modelo sobre a Violência Baseada no Género (VBG)
  - 2.6. Outros doadores
- 3.0. Ponto de situação sobre o cumprimento das resoluções da Assembleia Plenária
  - 3.1. Criação do Fundo Fiduciário: requisitos de registo e custos conexos

**1.0. CONTAS DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 1 DE ABRIL DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2022**

**1.1. CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DOS MEMBROS REGISTRADAS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E EM 30 DE JUNHO DE 2022**

1.1.1 Dados de referência sobre as contribuições anuais obrigatórias

- (i) As contribuições anuais obrigatórias a serem pagas pelos parlamentos membros cifram-se em N\$ 1 501 500 por ano por parlamento. A contribuição das Seicheles é de N\$127.050 por ano.
- (ii) As receitas totais provenientes das contribuições obrigatórias no exercício financeiro de 1 de Abril de 2021 a 31 de Março de 2022 situam-se, por conseguinte, em N\$21 148 050.

**1.1.2. Situação das quotas dos membros em 31 de Março de 2022**

- 1.1.2.1. Dá-se a conhecer à comissão a situação vigente em 31 Março de 2022, uma vez que é a referida situação que se vai reflectir nas demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 Março de 2022. Contudo, apresenta-se também o ponto de situação vigente em 30 de Junho de 2022, que inclui as contribuições cujas facturas foram enviadas para o exercício financeiro que começou em 1 de Abril de 2022.
- 1.1.2.2. Para o exercício financeiro findo em 31 de Março de 2022, treze (13) dos quinze (15) parlamentos membros já tinham remetido a totalidade das suas contribuições.
- 1.1.2.3. Madagáscar e Tanzânia tinham ainda em falta o pagamento de N\$1.501.500 cada. Importa assinalar que a Tanzânia tinha carregado um pagamento em falta de N\$ 2 931 500 a partir dos exercícios financeiros findo em 31 de Março de 2020 e 2021, que foi liquidado em Julho de 2021, deixando um pagamento em falta de N\$ 1 501 500 até 31 de Março de 2022.

Mapa 1: Ponto de situação vigente em 31 de Março de 2022 (exercício financeiro findo em 31 de Março de 2022)

	PARLAMENT O	SALDO REPORTAD O 01-Abr-21	QUANTIA COBRADA	QUANTIA RECEBIDA	SALDO 31-Mar-22	OBSERVAÇÕES
1	Angola	1.501.500	1.501.500	3 003 000	-	PAGA
2	Botswana	71.500	1.501.500	1.573.000	-	PAGA
3	RDC	1.501.500	1.501.500	3.003.000	-	PAGA
4	Eswatini	-	1.501.500	1.501.500	-	PAGA
5	Lesoto	950.313	1.501.500	2.451.813	-	PAGA
6	Madagáscar	-	1.501.500	-	1.501.500	PENDENTE
7	Malawi	(748.500)	1.501.500	753.000	-	PAGA
8	Maurícias	-	1.501.500	1.501.500	-	PAGA
9	Moçambique	(1.501.500)	1.501.500	-	-	PAGA
10	Namíbia	-	1.501.500	3.003.000	(1.501.500)	PAGA & PRÉPAGA
11	Seicheles	-	127.050	127.050	-	PAGA
12	África do Sul	(1.501.500)	1.501.500	-	-	PAGA
13	Tanzânia	2.930.975	1.501.500	2.930.975	1.501.500	PARCIALMENTE PAGA
14	Zâmbia	-	1.501.500	3.003.000	(1.501.500)	PAGA & PRÉPAGA
15	Zimbabwe	-	1.501.500	1.501.500	-	PAGA
	<b>TOTAL</b>	<b>3.204.288</b>	<b>21.148.050</b>	<b>24.352.338</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 1.1.3 Saldos registados em 30 de Junho de 2022

- 1.1.3.1. Os seguintes parlamentos adiantaram o pagamento completo das suas contribuições do exercício financeiro que começou no dia 1 de Abril de 2022: África do Sul, Botswana, Maurícias, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.
- 1.1.3.2. Os seguintes parlamentos têm saldos pendentes do exercício financeiro actual que começou em 1 de Abril de 2022: Angola, RDC, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Seicheles e Tanzânia.
- 1.1.3.3. A Tanzânia passa a dever N\$ 3 003 000 em 30 de Junho de 2022, incluindo a quantia que deve no exercício financeiro actual. Madagáscar também deve N\$ 3 003 000 em data de 30 de Junho de 2022.

Mapa 2: (ii) Ponto de situação vigente em 30 de Junho de 2022 (exercício financeiro que começou em 1 de Abril de 2022)

	PARLAMENTO	SALDO REPORTADO 01-Abr-22	QUANTIA COBRADA	QUANTIA RECEBIDA	SALDO 30-Junho-22	OBSERVAÇÕES
1	Angola	-	1.501.500	-	1.501.500	
2	Botswana	-	1.501.500	1.501.500	-	PAGA
3	RDC	-	1.501.500	-	1.501.500	
4	Eswatini	-	1.501.500	-	1.501.500	
5	Lesoto	-	1.501.500	-	1.501.500	
6	Madagáscar	1.501.500	1.501.500	-	3.003.000	
7	Malawi	-	1.501.500	-	1.501.500	
8	Maurícias	-	1.501.500	1.501.500	-	PAGA
9	Moçambique	-	1.501.500	-	1.501.500	
10	Namíbia	(1.501.500)	1.501.500	-	-	PAGA
11	Seicheles	-	127.050	-	127.050	
12	África do Sul	-	1.501.500	1.501.500	-	PAGA
13	Tanzânia	1.501.500	1.501.500	-	3.003.000	
14	Zâmbia	(1.501.500)	1.501.500	-	-	PAGA
15	Zimbabwe	-	1.501.500	-	1.501.500	
	<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>21.148.050</b>	<b>4.504.500</b>	<b>16.643.550</b>	<b>-</b>

#### 1.1.4. RECOMENDAÇÕES SENDO SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

- a) **A Assembleia Plenária é convidada a analisar e tomar conhecimento dos dados actualizados referentes às contribuições anuais obrigatórias registadas em 31 de Março de 2022 e 30 de Junho de 2022, e felicitar os parlamentos membros pela sua dedicação ao FP-SADC comprovada pelo pagamento contínuo das suas contribuições todos os anos, apesar das dificuldades que as economias atravessam devido à pandemia de COVID-19.**
- b) **A Assembleia Plenária é convidada a encorajar aqueles parlamentos com pagamentos ainda em falta a liquidarem os mesmos com a máxima prioridade.**

## **1.2. RELATÓRIO DO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO VIGENTE EM 31 DE MARÇO DE 2022**

### **1.2.1 Actualização sobre o impacto da norma visando a optimização da tecnologia para a implementação de actividades**

- (i) Como é do conhecimento da Assembleia Plenária, o orçamento do exercício findo em 31 de Março de 2022 foi elaborado com o pressuposto de que uma das Assembleias Plenárias, as reuniões das comissões permanentes e outras reuniões teriam lugar em formato virtual, a não ser que fossem encontradas outras fontes de financiamento. O referido pressuposto deve-se à posição normativa deliberada que foi assumida para se gerir os escassos recursos financeiros através da optimização do uso da tecnologia visando facilitar reuniões virtuais, tendo em consideração os ensinamentos adquiridos a partir da realização bem-sucedida em formato virtual das 47.<sup>a</sup> e 48.<sup>a</sup> Assembleias Plenárias e de outras reuniões durante o auge da pandemia de COVID-19 em 2020. Leva-se ao conhecimento da Assembleia Plenária que a 49.<sup>a</sup> e a 50.<sup>a</sup> Assembleias Plenárias foram efectivamente realizadas em formato virtual através da plataforma Zoom, resultando em poupanças consideráveis.
- (ii) Como foi referido em relatórios anteriores, desde o início da pandemia, os custos de interpretação *tinham* aumentado, devido ao aumento do número de intérpretes por reunião, de quatro para seis em média. Contudo, uma revisão dos sistemas informáticos fez com que o número dos intérpretes utilizados por reunião tenha voltado a reduzir para quatro pouco antes do fim do exercício financeiro, por forma a gerir os custos. Além disso, o secretariado negociou taxas mais reduzidas para reuniões de mais curta duração, de cerca de duas horas ou menos.
- (iii) Os custos de tradução devidos ao aumento do número de documentos enviados nas três línguas oficiais como resultado do aumento do número de reuniões continuaram a ser significativos. Para ilustrar o nível dos custos de tradução e interpretação, 80% dos custos das reuniões se enquadram nesse âmbito. A Comissão Executiva reconhece, no entanto, que o uso das três línguas oficiais faz parte das políticas do FP-SADC; para esse efeito, nunca é demais enfatizar a necessidade de garantir a qualidade da interpretação e da tradução de documentos dentro da tentativa de gerir os custos.

### **1.2.2 Novos custos emergentes levados ao conhecimento da Assembleia Plenária**

- 1.2.2.1. Importa assinalar que as reuniões presenciais começaram em 2021 com a reunião da Comissão Executiva realizada em Joanesburgo, África do Sul.

- 1.2.2.2. Com a retomada das reuniões presenciais, foram incursas novas rubricas de custos, incluindo os testes de COVID-19 para os participantes convidados, tanto para efeitos de viagem como para gerir possíveis infecções durante as reuniões. Foram feitas provisões para os tratamentos médicos, as máscaras e a desinfectação, bem como as disposições de distanciamento social. Era também necessário viabilizar a participação por meios virtuais para os delegados que não estavam em condições de se deslocar, resultando nos arranjos de uma reunião híbrida, que constituiu um custo de conferência extra. Na eventualidade de um delegado ser testado positivo à COVID-19, existe agora o custo adicional da quarentena durante pelo menos 7 dias antes de o mesmo ser autorizado a regressar ao seu país de origem.
- 1.2.2.3. A pandemia de COVID-19 resultou também em algumas grandes companhias de linhas aéreas quer entrarem em liquidação, reduzindo as suas operações, quer cancelarem voos para países rotulados como sendo de alto risco. Isto resultou no aumento das passagens, devido ao reencaminhamento de voos dentro e fora da região.
- 1.2.2.4. Informa-se portanto à Assembleia Plenária que os custos emergentes acima referidos não foram previstos no orçamento do presente exercício financeiro, nem no exercício findo em 31 de Março de 2023. Chama-se a atenção para o facto de que os custos emergentes resultarão em custos acrescidos para as reuniões presenciais, como foi comprovado pelos custos incursos para a sessão conjunta das comissões permanentes em Abril/Maio de 2022. Um caso a ter em conta é a 51.<sup>a</sup> Assembleia Plenária que se vai realizar em Lilongwe, Malawi. A esse respeito, tanto o Parlamento do Malawi como o Secretariado implementaram várias medidas visando gerir os custos, incluindo o uso de plataformas informáticas para promover a redução do número de funcionários do Secretariado fisicamente presentes na Assembleia Plenária, sem afectar negativamente a eficiência e a eficácia do evento.

#### **1.2.2.5. RECOMENDAÇÕES SENDO SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

**A Assembleia Plenária é convidada a tomar boa nota dos aspectos a seguir:**

- (i) Os dados actualizados sobre o impacto da norma visando otimizar a tecnologia para a implementação de actividades e os seus resultados positivos alcançados;**
- (ii) O surgimento de novos custos e suas implicações para o orçamento.**

- (iii) **O facto de que tanto o Parlamento do Malawi como o Secretariado instauraram várias medidas visando gerir os custos da 51.ª Assembleia Plenária.**

### 1.2.3 **Relatório sobre os desvios orçamentais registados em 31 de Março de 2022 (RECEITAS)**

#### **Contexto**

O presente relatório dos desvios orçamentais não inclui as receitas e despesas orçamentadas dos fundos concedidos por doadores, mas concentra-se nas receitas e despesas orçamentadas das contribuições obrigatórias pagas pelos membros e outras receitas arrecadadas pelo FP-SADC. As outras receitas incluem os juros ganhos e os encargos administrativos vencidos a partir do Projecto da ASDI. No orçamento aprovado para o exercício financeiro, o valor orçamentado a partir dos fundos concedidos por doadores no valor de N\$ 23 399 340 tem despesas totais orçamentadas correspondentes, no valor de N\$23.399.340. As demonstrações de responsabilidade pelos fundos do financiamento concedidos pelos doadores serão apresentadas numa secção separada do presente relatório.

- 1.2.3.1. As receitas totais do exercício findo em 31 de Março de 2022 situavam-se em N\$ 22 226 408. A maior parte das receitas provêm das contribuições anuais obrigatórias, no valor de N\$21.148.050. Esta quantia exclui o financiamento concedido por doadores, que é apresentado separadamente. Os detalhes apresentam-se na tabela que se segue.

	REAL	ORÇAMENTO	DESVIO
Receitas Contribuições anuais obrigatórias	-21.148.050	-21.148.050	0
Receitas Doações e subvenções	-16.999	0	-16.999
Receitas Juros a receber	-162.477	-25.000	-137.477
Receitas Receitas diversas	-898.882	-432.688	-466.194
TOTAIS	-22.226.408	-21.605.738	-22.226.408

- 1.2.3.2. **Juros vencidos:** Os juros vencidos a partir da conta de investimento cifravam-se em N\$ 162.477.

#### 1.2.3.3. **Receitas diversas (N\$898.882)**

As receitas diversas incluem uma quantia de N\$ 560.000 proveniente da venda em Março de 2022 da antiga viatura atribuída à Secretária-geral. Desse valor, reservou-se a quantia de N\$ 460.869 que serviu de depósito para o empréstimo da nova viatura, no sentido de minimizar as prestações mensais e os juros. Além disso, foi remetida pelo Projecto de SDSR da ASDI a

quantia de N\$ 338.882 de encargos administrativos cobrados ao projecto.

## 1.2.4 Relatório sobre os desvios orçamentais do exercício findo em 31 de Março de 2022 (DESPESAS)

### ORÇAMENTO PRINCIPAL DO FP-SADC — RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO ORÇAMENTO EM 31 de Março de 2022

FP-SADC	Orçamento total	Ytd Real 31/03/2022	Saldo 31/03/2022	Desvio % 31/03/2022	Despesa real % do Orçamento	Estatuto
1 Desp gerais Custos administrativos	925.524.00	992.341.03	-66.817.03	-7,22%	107,22%	Desfavorável
2 Desp gerais Despesas de comunicação	360.980.00	272.874.40	88.105.60	24,41%	75,59%	Favorável
3 Desp gerais Despesas financeiras	396.000.00	365.282.23	30.717.77	7,76%	92,24%	Favorável
4 Desp gerais Custos de manutenção da viatura	82.800.00	72.141.69	10.658.31	12,87%	87,13%	Favorável
5 Desp gerais Despesas profissionais, jurídicas e de consultorias	81.900.00	390.751.15	-308.851.15	-377,11%	477,11%	Desfavorável
6 Desp gerais Emolumentos dos funcionários	11.954.005.00	11.861.000.16	93.004,84	0,78%	99,22%	Favorável
7 Desp gerais Passagens, ajudas de custos e transporte	245.584.00	407.283.13	-161.699.13	-65,84%	165,84%	Desfavorável
8 Desp gerais Auditoria	130.000.00	139.755.00	-9.755.00	-7,50%	107,50%	Desfavorável
9 Desp gerais Seguros	223.070.00	94.943.00	128.127.00	57,44%	42,56%	Favorável
10 Desp directas Reuniões da Assembleia Plenária	2.164.600.00	1.417.853.42	746.746.58	34,50%	65,50%	Favorável
11 Desp directas Reuniões da Comissão Executiva	118.200.00	332.975.18	-214.775.18	-181,70%	281,70%	Desfavorável
12 Desp directas Reuniões da Comissão Directiva	259.800.00	259.592.69	207,31	0,08%	99,92%	Favorável
13 Desp directas Custos dos outros órgãos políticos	86.500.00	86.465.40	34,60	0,04%	99,96%	Favorável
14 Desp directas Custos de tradução	100.000.00	160.725.49	-60.725.49	-60,73%	160,73%	Desfavorável
15 Desp directas Apoio aos programas	201.500.00	204.019.76	-2.519.76	-1,25%	101,25%	Favorável
16 Desp directas Reuniões das Comissões Permanentes	468.400.00	243.196.50	225.203.50	48,08%	51,92%	Favorável
17 Missões de observação eleitoral	300.000.00	71.974.42	228.025.58	76,01%	23,99%	Favorável
18 Despesas de capital:	601.648.00	128.286.94	473.361.06	78,68%	21,32%	Favorável
19 Fundo de contingência	80.000.00	-	80.000.00	100,00%	0,00%	Favorável
20 Reembolso do empréstimo (parcela de capital)	624.000.00	443.783.59	180.216.41	28,88%	71,12%	Favorável
21 Depósito para a Viatura	540.000.00	460.869.67	79.130.33	14,65%	85,35%	Favorável
<b>TOTAIS</b>	<b>19.944.511.00</b>	<b>18.406.114.85</b>	<b>1.538.396.15</b>	<b>7,71%</b>	<b>92,29%</b>	

### 1.2.4.1. Despesas Orçamentadas: N\$ 19.944.511.

As despesas totais orçamentadas para o exercício financeiro, menos as despesas orçamentadas dos fundos concedidos por doadores, cifravam-se em N\$ 19.944.511. Isto resultou num excedente orçamentado de N\$1.661.227 (N\$ 21.605.738 menos N\$19.944.511).

### 1.2.4.2. Despesas totais reais N\$18.406.161

A despesa real total registada em 31 de Março de 2022 é de N\$18.406.115, representando 92% das despesas totais orçamentadas para o exercício (92% de N\$19.944.511), deixando um saldo de N\$ 1.538.396 (8%).

### 1.2.4.3. Desvios desfavoráveis significativos (pelo menos 10%)

As seguintes rubricas orçamentais apresentam os desvios desfavoráveis registados em 31 de Março 2022:

#### 1.2.4.3.1. Despesas profissionais, jurídicas e de consultorias

Foi realizado um desvio desfavorável de N\$308.851 (377%) com uma despesa de N\$390.751 face a uma provisão orçamental de N\$81.900. As despesas nesta rubrica orçamental destinavam-se para pagar os consultores contratados para a revisão salarial e os sistemas de gestão de



desempenho, bem como a revisão dos manuais de auditoria interna, entre outras consultorias. Este desvio desfavorável surgiu principalmente porque a rubrica orçamental foi sub-orçamentada e não foi revista no sentido de levar em conta o custo das consultorias. As consultorias foram aprovadas pela Assembleia Plenária para a implementação da política e dos sistemas dos recursos humanos e da gestão financeira, que tinha ficado por se realizar durante muitos anos. Ficou assente que a instituição realizaria poupanças em várias outras rubricas orçamentais, as quais poderiam ser utilizadas e que, portanto, o orçamento geral total não seria excedido, e as despesas totais ficariam ainda dentro do orçamento total aprovado.

- 1.2.4.3.2. Passagens, ajudas de custo & transporte  
As despesas reais eram de N\$ 407.283 enquanto as despesas orçamentadas foram de N\$245.584, resultando num desvio negativo de N\$161.699 (66%). O referido desvio deveu-se à participação na Conferência da União Interparlamentar em Madrid, Espanha, à participação na Cimeira da SADC no Malawi e em outras reuniões regionais.
- 1.2.4.3.3. Reuniões da Comissão Executiva  
Realizou-se um desvio desfavorável de N\$214.775 (182%) com despesas de N\$332.975, tendo a dotação orçamental sido de N\$118,200. Leva-se ao conhecimento da Assembleia Plenária que, contrariamente às reuniões das comissões permanentes em que alguns custos são suportados pelos parceiros de cooperação, todas as reuniões da Comissão Executiva são cobertas a partir do orçamento principal do FP-SADC. Sendo assim, impõe-se a revisão da dotação orçamental reservada para a Comissão Executiva por forma a proporcionar recursos suficientes e ter em conta também as reuniões presenciais. Por exemplo, a Comissão Executiva realizou uma reunião presencial em Novembro de 2021 em Joanesburgo, África do Sul, embora o orçamento não tivesse previsto uma reunião presencial, tendo sido elaborado contando apenas com reuniões virtuais. Além disso, os custos de interpretação e tradução foram muito elevados devido ao número de documentos analisados. Importa assinalar que algumas despesas para as reuniões das subcomissões da Comissão Executiva foram reservadas para outros órgãos de formulação de políticas, especificamente as rubricas orçamentais Comissão Directiva e Outros Órgãos Políticos.
- 1.2.4.3.4. Custos de tradução  
As despesas nos custos de tradução são colocadas nesta rubrica orçamental bem como actividades específicas tais como as reuniões da Comissão Executiva e das comissões

permanentes. Os custos de interpretação e da tradução de documentos foram muito elevados, tendo sido utilizado o montante de cerca de N\$385.409 nos custos de tradução e interpretação só para as reuniões da Comissão Executiva. Contudo, tinha sido alocado a esta rubrica orçamental para os custos de interpretação das reuniões da Comissão Executiva um montante de apenas N\$90.887, o resto tendo sido pago a partir da rubrica orçamental Reuniões da Comissão Executiva, Comissão Directiva e Outros Órgãos Políticos. Os custos elevados de interpretação foram devidos ao aumento do número de intérpretes de quatro para seis, com vista a satisfazer os requisitos das reuniões virtuais. Entretanto, o número de intérpretes por reunião já baixou outra vez para quatro, com a introdução de sistemas visando facilitar esse mecanismo. O desvio desfavorável é de N\$60.725, com despesas de N\$160.725, tendo sido alocadas verbas de N\$100.000 (61%).

#### **1.2.4.4. Poupanças significativas**

##### 1.2.4.4.1. Orçamento da Assembleia Plenária

- (i) Enquanto o orçamento previa que a 49.<sup>a</sup> Assembleia Plenária se realizaria em formato virtual e que a 50.<sup>a</sup> seria presencial, tanto a 49.<sup>a</sup> como a 50.<sup>a</sup> Assembleias Plenárias realizaram-se virtualmente devido à continuação das restrições impostas pela pandemia de COVID-19.
- (ii) Sendo assim, tendo sido orçamentado um montante de N\$2.164.600, as despesas totais incursas para a 49.<sup>a</sup> Assembleia Plenária foram de N\$431.244, enquanto as da 50.<sup>a</sup> Assembleia Plenária foram de N\$986.609, resultando em despesas totais de N\$ 1.417.853. As poupanças realizadas cifram-se em N\$746,746 (35%). As despesas da 50.<sup>a</sup> Assembleia Plenária foram consideravelmente mais elevadas do que as da 49.<sup>a</sup> Assembleia Plenária, em parte devido ao facto de terem sido incursas despesas visando facilitar a participação de antigos parlamentares, do antigo secretário-geral e de outros antigos funcionários na comemoração da 50.<sup>a</sup> Assembleia Plenária. Os custos de documentação da 50.<sup>a</sup> Assembleia Plenária foram também elevados.

##### 1.2.4.4.2. Reuniões das comissões permanentes

As despesas reais foram de N\$ 243.196, enquanto as despesas orçamentadas foram de N\$468.400, resultando num desvio favorável de N\$225.203 (48%). Isto deveu-se ao facto de as reuniões terem sido realizadas virtualmente, e alguns dos

custos foram suportados por parceiros de cooperação. Segue-se uma desagregação das contribuições concedidas por parceiros de cooperação para os custos das comissões permanentes submetida à apreciação da Assembleia Plenária. Leva-se ao conhecimento da Assembleia Plenária que a contribuição dos parceiros de cooperação para as reuniões das comissões permanentes era de 561% (5,6 vezes) dos custos incursos a partir do financiamento do PF-SADC. A partir dessa desagregação, cerca de 89% representam fundos provenientes da ASDI e as quantias remanescentes provêm da GIZ/ADA e ActionAid.

	<b>PARCEIRO DE COOPERAÇÃO</b>	<b>COMISSÃO PERMANENTE</b>	<b>QUANTIA USD</b>	<b>QUANTIA EURO</b>	<b>TOTAL N\$</b>
1	GIZ/ADA	DG	-	8.802.00	139.397.27
2	ASDI (SIDA)	HSDSP/CPRFLM/CONJUNTA	79.260.00	-	1.122.955.68
3	ACTIONAID	FANR	7.329.98	-	103.851.16
	<b>TOTAIS</b>		<b>86.589.98</b>	<b>8.802.00</b>	<b>1.366.204.11</b>

1.2.4.4.3. Missões de observação eleitoral: As despesas reais foram de N\$71.974 enquanto as despesas orçamentadas foram de N\$300.000, resultando numa poupança de N\$228.026 (76%). A quantia orçamentada foi alocada para apoiar a promoção de reformas eleitorais em todos os Estados membros através da transposição da Lei Modelo da SADC sobre as Eleições para os ordenamentos jurídicos internos. Para o efeito, o secretariado geriu os custos através do desencadeamento de várias soluções informáticas tais como consultas virtuais, inquéritos electrónicos e rastreadores electrónicos de reformas eleitorais, as quais permitiram que os parlamentos membros participassem efectivamente por meios virtuais. O secretariado aproveitou também as parcerias existentes para conseguir mais apoios. A missão à Venezuela para a observação eleitoral está também incluída no custo total.

1.2.4.4.4 Despesas de capital: Foi utilizada apenas uma quantia de N\$128.287, deixando um saldo de N\$473.361 (79%). Isto deveu-se à indisponibilidade de mobiliário adequado, talvez devida a problemas de armazenamento resultando da pandemia. Assim sendo, ainda há necessidade de se utilizar o saldo para a compra de mobiliário.

### **1.2.5. RECOMENDAÇÕES SENDO SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

- (i) A Assembleia Plenária é convidada a apreciar e tomar conhecimento da execução do orçamento do exercício findo em 31 de Março de 2021, com destaque para os seguintes aspectos:**
  - a) O desempenho do orçamento, incluindo as razões dos desvios adversos, e as rubricas orçamentais com poupanças significativas realizadas; e**
  - b) A contribuição dos parceiros de cooperação para as reuniões das comissões permanentes, que foi de 561% (5,6 vezes) os custos incursos a partir do financiamento do PF-SADC, sendo que a maior parte do apoio vem da ASDI. Espera-se que se tente alcançar uma carteira mais diversificada de parceiros de cooperação no próximo exercício financeiro.**
  
- (ii) A Assembleia Plenária é convidada a aprovar que os fundos não gastos a partir do dispêndio de capital, no valor de N\$473.361, sejam reportados para o exercício financeiro que começou em 1 de Abril de 2022 para efeitos da aquisição de mobiliário e equipamento aprovada no orçamento do exercício findo em 31 de Março de 2022.**
  
- (iii) Dá-se a conhecer à Assembleia Plenária que o secretariado foi orientado no sentido de assegurar que sejam estimados os custos do Plano Estratégico do período que começa em 2024, para se focalizar a atenção nos recursos necessários e sua sustentabilidade. A Assembleia Plenária é convidada a tomar conhecimento destes elementos novos.**

## **2.0. RELATÓRIOS FINANCEIROS DOS PROJECTOS PATROCINADOS POR DOADORES**

### **2.1. PROJECTO DE SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DA ASDI (SDSR)**

2.1.1 Na sequência da aprovação em 2021 da extensão dos recursos, o Projecto de SDSR passou a ter a vigência de 1 de Julho de 2019 a 31 de Março de 2023 e inclui uma componente de Responsabilidade Democrática, para além das actividades iniciais de SDSR aprovadas. O projecto tem um orçamento de subvenção total revisto de cerca de US\$4.095.913 (equivalentes a 35 milhões de coroas suecas) a serem usados num período de aproximadamente 4 anos. Os fundos de SDSR são mantidos numa conta bancária separada e as demonstrações financeiras são elaboradas em dólares norte-americanos (USD) e auditadas separadamente.

2.1.2. Desempenho financeiro registado até 31 de Março de 2022

A subvenção total recebida e os fundos gastos durante os exercícios financeiros 2020/2021 e 2021/2022 são os seguintes:

	<b>2020/2021</b>	<b>2021/2022</b>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>
Saldo reportado	537.763	1.216.400
Subvenção recebida	1.163.352	1.090.427
Fundos gastos	<u>484.715</u>	<u>1.019.710</u>
Fundos restritos líquidos	1.216.400	1.287.117

2.1.3. As taxas de utilização (taxa de consumo) são de 41,67% (como percentagem de US\$ 1.163.352) para o 2.º ano e 93,35 % (isto é US\$1.019.710 como percentagem de US\$ 1.090.427) para o 3.º ano. Este aumento da taxa de utilização no 2.º ano foi possível pelas seguintes razões:

- (i) Com a eliminação parcial ou total das restrições de viagem, foi possível a realização das actividades orçamentadas.
- (ii) Mesmo a nível nacional, os parlamentos conseguiram organizar seminários e reuniões sem a restrição da covid em termos de limitação de participações.
- (iii) Algumas das actividades que não foram implementadas no 2.º ano do projecto foram realizadas no 3.º ano findo em 31 de Março de 2022.
- (iv) A participação em conferências internacionais como a Assembleia da União Interparlamentar (Bali) e a Conferência da Comissão sobre o Estatuto da Mulher CSW (EUA) foi possível no 3.º ano.

**2.1.4. Desvio orçamental registado em 31 de Março de 2022**

2.1.4.1. O relatório dos desvios orçamentais é apresentado rubrica por rubrica relativamente às despesas orçamentadas

2.1.4.2. O desvio entre as despesas reais e as orçamentadas para o projecto de SDSR são monitoradas mensalmente. Até 31 de Março de 2022, há rubricas orçamentais com grandes desvios negativos (isto é, desvios de mais de 10%).

<b>PROJECTO DO SDSR 2019 -2023</b>				
<b>DEMONSTRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELO FUNDO</b>				
<b>EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022</b>				
	REAL	ORÇAMENTO	DESVIO	VAR
	2022	2022	2022	2023
	US\$	US\$	US\$	
<b>RECEITAS</b>				
<b>Subvenções recebidas</b>	1,090,427	1,488,634	- 398,207	%
<b>Financiamento total do projecto</b>	<b>1,090,427</b>	<b>1,488,634</b>	<b>- 398,207</b>	<b>-27%</b>
<b>DESPESAS</b>				
4307000 Salários & subsídios	384,317	425,400	41,083	10%
4307010 Reuniões regionais da Comissão de HSDSP	50,911	58,943	8,032	14%
4307020 Sessão conjunta dos presidentes das comissões permanentes regionais	22,925	25,705	2,780	11%
4307030 Reunião dos Secretários-gerais dos parlamentos nacionais	23,995	24,373	378	2%
4307040 Reunião em mesa-redonda com os parceiros técnicos	849	3,966	3,117	79%
4307050 Sessão de orientação e consulta com os pesquisadores de SDSR	53,651	54,140	489	1%
4307060 Sessão conjunta das comissões permanentes do Fórum	23,182	41,791	18,608	45%
4307070 Reunião regional dos Secretários das comissões	38,273	41,821	3,549	8%
4307080 Workshops consultivos de várias partes interessadas com os parlamentos nacionais	6,342	16,000	9,658	60%
4307090 Workshops de desenvolvimento de capacidades dos funcionários do Fórum	-	-	-	-
4307100 Comissão de fiscalização para a transposição das normas jurídicas para os ordenamentos jurídicos	5,167	14,555	9,388	65%
4307110 Discussões em mesa-redonda – Parlamento nacional e ministérios competentes	4,057	50,400	46,343	92%
4307120 Desenvolvimento de capacidades – Pesquisadores, técnicos de logística & funcionários	-	-	-	-
4307130 Reunião das audiências públicas	16,935	77,500	60,565	78%
4307140 Realizar campanhas de sensibilização – processo legislativo	12,662	14,700	2,038	14%
4307150 Retiros de análise orçamental para comissões e funcionários	1,193	8,573	7,380	86%
4307160 Workshop de Desenvolvimento de Capacidades para Deputados e Organizações	67,608	120,584	52,976	44%
4307170 Participação em conferências regionais/internacionais sobre SDSR E VIH/SIDA	17,975	18,468	493	3%
4307180 Workshops consultivos com entidades interparlamentares	-	-	-	-
4307190 Auditorias externas & avaliação de fim de projecto	5,091	45,700	40,609	89%
4307200 Participação em Assembleias Plenárias	17,593	17,620	27	0%
4307210 Custos administrativos gerais	29,329	29,280	- 48	0%
4307220 Consultoria com técnicos de logística & avaliação de M&A	20,500	20,000	- 500	-3%
4307230 Reuniões dos Grupos de Trabalho Nacionais	18,750	23,100	4,350	19%
4307300 Comunicação electrónica	51,100	57,100	6,000	11%
4307400 Executiva de <i>Corporate Governance</i>	48,000	72,000	24,000	33%
4307500 Lei-modelo sobre a Gestão das Finanças Públicas	34,782	110,713	75,931	69%
4307600 Reforço da Governação Corporativa & Administração do Fórum	20,315	20,700	385	2%
4307700 Estudo de referência & validação sobre a separação de poderes	20,000	33,700	13,700	41%
4307710 Reuniões estatutárias conjuntas das Comissões de CPRFLM e DGHR		9,700	9,700	100%
4307750 Interface regional visando a promoção da participação de jovens na política		9,700	9,700	100%
4307790 Lançamento do Projecto dos Presidentes dos parlamentos nacionais		8,700	8,700	100%
4307795 Sensibilização e troca de impressões		8,700	8,700	100%
4308120 Lei Modelo sobre a GBV	24,210	25,003	793	3%
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>1,019,711</b>	<b>1,488,634</b>	<b>468,923</b>	<b>32%</b>
<b>EXCEDENTE LÍQUIDO</b>	<b>70,716</b>	<b>- 0</b>		

### 2.1.5. Situação financeira registada até 31 de Março de 2022

Em termos de situação financeira, em 31 de Março de 2022 havia US\$1.389.206 nas contas bancárias em US\$ do Projecto de SDSR e N\$60.449 na conta bancária em moeda local. Ambas as contas bancárias são domiciliadas no FNB Namíbia.

Importa assinalar que o saldo bancário é mais elevado do que os fundos restritos líquidos, uma vez que foram efectuados alguns pagamentos na última semana de Março de 2022, que apenas foram descontados da conta bancária em Abril 2022.

## 2.2. PROJECTO DA GIZ/ADA SOBRE O REFORÇO DA CAPACIDADE PARLAMENTAR NA SADC

2.2.1. A subvenção é financiada pelo Governo da República Federal da Alemanha com a comparticipação da Agência Austríaca de Desenvolvimento. A subvenção é administrada em seu nome pela GIZ.

A vigência do projecto é de 1 de Março de 2020 a 31 de Maio de 2022. O montante da subvenção é de 309.905 euros.

2.2.2. O doador não exige demonstrações financeiras auditadas para a sua subvenção, mas precisa de relatórios financeiros periódicos que são apresentados trimestralmente. Contudo, o doador contratou um auditor externo em Maio de 2022 para proceder à auditoria dos fundos para o período de 1 de Março de 2020 a 31 de Março de 2022. O auditor não apresentou nenhuma conclusão.

2.2.3. Demonstração auditada da posição financeira registada em 31 de Março de 2022

O valor total dos fundos concedidos pela ADA desde 2020 até à data situa-se em 213.401 euros (equivalentes a N\$ 4.069.557). As despesas incursas registadas em 31 de Março de 2022 totalizavam 48.407 euros (N\$923.121), resultando num excedente líquido de 164.994 euros (N\$3.146.436). Os detalhes das despesas são apresentados na Declaração Financeira auditada abaixo discriminada:

Quantias em Euros			
Fontes de financiamento e de receitas	Orçamento	Real	Elegível:
Contribuição da GIZ (segundo o Acordo de Subvenção)	309.905.60	213.401.00	213.401.00
<b>Total de financiamento e de receitas</b>	<b>309.905.60</b>	<b>213.401.00</b>	<b>213.401.00</b>

Categoria de despesas segundo o Acordo de Subvenção	Orçamento	Real	Elegível:
Peritos externos	77.215.20	47.467.54	47.467.54
Custos de deslocações	196.975.59	-	-
Aquisição de bens	35.714.30	938,96	938,96
<b>Despesas totais do Projecto</b>	<b>309.905.60</b>	<b>48.406.50</b>	<b>48.406.50</b>
<b>Menos: Constatações financeiras</b>		-	
<b>Despesas totais elegíveis do Projecto</b>		<b>48.406.50</b>	<b>48.406.50</b>

## 2.3. PROJECTO DA ACTIONAID DE RESPONSABILIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE DE CORRESPONDER ÀS NECESSIDADES DE GÉNERO

2.3.1. A subvenção é financiada pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC). A subvenção é administrada em seu nome pela ACTIONAID. A vigência do projecto é de 1 de Julho de 2019 a 30 de

Julho 2023. O montante da subvenção é de US\$158.199. O doador não exige demonstrações financeiras auditadas para a sua subvenção, mas precisa de relatórios financeiros periódicos que são apresentados semestralmente.

2.3.2. O objectivo geral do projecto é a melhoria da responsabilização e da disponibilidade de corresponder às necessidades de género na gestão de recursos públicos, particularmente nas áreas dos serviços de VIH/SSR para adolescentes e jovens e serviços agrícolas que contribuam para a realização de alguns compromissos regionais da SADC.

2.3.3. Demonstração da posição financeira registada em 31 de Março de 2022

2.3.3.1. O saldo dos fundos reportado em 1 de Abril de 2021 a partir do exercício financeiro findo em 31 de Março de 2022 é de US\$6.555 (N\$126.328). Foi recebido mais financiamento no decorrer do ano no valor de US\$45.209 (N\$656.814), elevando o total dos fundos disponíveis para US\$51.765 (N\$783.143).

2.3.3.2. As despesas incursas de 1 de Abril de 2021 a 31 de Março de 2022 totalizavam US\$7.330 (N\$98.772), resultando num saldo de US\$44.435 (N\$684.371). As despesas foram incursas numa sessão conjunta das comissões permanentes de HSDSP, FANR e GEWAYD realizada virtualmente. Os detalhes são apresentados na Declaração de Responsabilidade pelo Fundo abaixo discriminada:

### **RELATÓRIO FINANCEIRO – 01 DE ABRIL DE 2021 A 31 DE MARÇO DE 2022**

<b>Demonstração de responsabilidade pelo fundo</b>	<b>REAL</b>	<b>REAL</b>
	<b>N\$</b>	<b>US\$</b>
<b><u>Entradas:</u></b>		
SALDO REPORTADO	126.328.22	6.555.67
Fundos recebidos	656.814.44	45.209.00
Receitas totais	783.142.66	51.764.67
<b><u>Despesas</u></b>		
Custos contratuais	27.569.96	2.000.00
Interpretação	42.187.04	3.150.00
Tradução	26.016.22	1.884.72
Outras categorias	2.998.68	295.26
Encargos administrativos	-	-
Despesas totais	98.771.90	7.329.98
<b>Saldo</b>	<b>684.370.76</b>	<b>44.434.69</b>



## 2.4. SAFAIDS, PLAN INTERNATIONAL, SADC, ONUSIDA, FNUAP, UNDOC, ARASA: ELABORAÇÃO DA LEI MODELO SOBRE A VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO (VBG)

2.4.1. Está em curso a elaboração da Lei Modelo sobre a GBV. SAfAIDS e Plan International estão entre o grupo dos parceiros de cooperação que estão a apoiar o processo. Os outros parceiros, SADC, ONUSIDA, UNDOC, FNUAP e ARASA, efectuaram pagamentos directos ao consultor e aos serviços de apoio requeridos para as reuniões e o processo consultivo na elaboração da lei modelo.

2.4.2. SAFAIDS: Demonstração da posição financeira registada em 31 de Março de 2022

Os fundos reportados em 1 de Abril de 2021 situavam-se em US\$6.239 (N\$104.996). Foram incursas despesas na tradução do texto-projecto da Lei Modelo sobre a VBG do inglês para português e francês, no valor de US\$4.939 (N\$83.118). O excedente líquido sobre o fundo é de US\$1.300 (N\$21.878). Os detalhes apresentam-se na Declaração da Responsabilidade Financeira que se segue.

### Declaração de responsabilidade pelos fundos da SAfAIDS do exercício findo em 31 Março de 2022

	N\$	USD
<b><u>Receitas</u></b>		
Saldo reportado em 1 de Abril de 2021	104.996	6.239
<b><u>Despesas</u></b>		
Tradução da Lei Modelo sobre a GBV	83.118	4.939
<b>Despesas totais</b>	<b>83.118</b>	<b>4.939</b>
<b>Saldo</b>	<b>21.878</b>	<b>1.300</b>

## 2.5. PLAN International: Demonstração da posição financeira registada em 31 de Março de 2022

2.5.1 Foi concedida por Plan International em Junho de 2021 uma quantia de US\$20.000 para a Lei Modelo sobre a VBG.

2.5.2. Foram incursas despesas de N\$ 103.431 (US\$ 6.778 para a consultoria relativa à Lei Modelo sobre a VBG e N\$17.323 (US\$1.200) para uma prelectora que participou na reunião do Grupo das Mulheres Parlamentares da Namíbia.

2.5.3. O fundo tem um saldo de N\$176.904 (US\$12.014) em 31 de Março de 2022. Segue-se o relatório financeiro registado em 31 Março de 2022.

<b>Demonstração da responsabilidade pelo fundo em 31 de Março de 2022</b>	<b>REAL</b>	<b>REAL</b>
	<b>NAD</b>	<b>USD</b>
<b><u>Entradas:</u></b>		
Montante recebido do PLAN	297.773	20.000
Receitas totais	297.773	20.000
<b><u>Despesas</u></b>		
Consultora–Conclusão da VBG	103.431	6.778
Consultoria–reunião do Grupo das Mulheres Parlamentares da Namíbia	17.323	1.200
Encargos bancários	115	8
Despesas totais	120.870	7.986
<b>Saldo</b>	<b>176.904</b>	<b>12.014</b>

## 2.6. Outros doadores

### 2.6.1. Pagamentos directos – Lei Modelo sobre a VBG

Vários doadores contribuíram para a elaboração da Lei Modelo sobre a Violência Baseada no Género. Os seguintes doadores efectuaram pagamentos directos aos fornecedores de serviços. A ONUSIDA fez um pagamento de US\$23.600, a UNDOC – US\$18.900, SADC – US\$39.000 e FNUAP – mais de US\$29.000 directamente ao fornecedor de serviços.

2.6.2. Outros doadores continuam a fazer contribuições em espécie para os programas do Fórum ou pagam directamente pelos bens e serviços. São a SADC, o NDI, as agências da ONU (PNUD, ACNUR, ONUSIDA, UNESCO e UNICEF), International IDEA, EPF, AFRODAD, e PSA, entre outros. Por exemplo, ARASA contribuiu N\$84.766 para a reunião em linha, pagando pela participação dos Deputados que debateram sobre as leis de propriedade intelectual e acesso aos medicamentos.

### 2.6.3. Lista consolidada de financiamento quantificável concedido por doadores ou parceiros de cooperação até 31 de Março de 2022

	<b>DOADOR/ PARCEIROS DE COOPERAÇÃO</b>	<b>TIPO DE CONTRIBUIÇÃO</b>	<b>USD TOTAL</b>	<b>EURO TOTAL</b>	<b>NAD TOTAL</b>
1	<b>GIZ/ADA</b>	<b>EM DINHEIRO</b>	-	213.451	3.380.359
2	<b>ASDI (SIDA)</b>	<b>EM DINHEIRO</b>	2.253.779	-	31.932.223
3	<b>SAFAIDS</b>	<b>EM DINHEIRO</b>	15.000	-	212.525
4	<b>ACTIONAID</b>	<b>EM DINHEIRO</b>	67.796	-	960.554
5	<b>PLAN INTERNATIONAL:</b>	<b>EM DINHEIRO</b>	20.000	-	283.366
6	<b>ONUSIDA</b>	<b>PAGAMENTO DIRECTO</b>	23.600	-	334.372
7	<b>ARASA</b>	<b>PAGAMENTO DIRECTO</b>	-	-	84.767

8	SADC	PAGAMENTO DIRECTO	39.000		552.564
9	FNUAP	PAGAMENTO DIRECTO	29.000		410.881
10	UNDOC	PAGAMENTO DIRECTO	18.900		267.781
	TOTAIS	TOTAIS	2.467.075	213.451	38.419.391

## **2.7. RECOMENDAÇÕES A SEREM ANALISADAS PELA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

- (i) **A Assembleia Plenária é convidada a tomar boa nota dos fundos provenientes de fontes externas**
- (ii) **A Assembleia Plenária é convidada a reencaminhar a sua apreciação aos parceiros de cooperação pelo seu apoio sustentado ao FP-SADC.**
- (iii) **A Assembleia Plenária é convidada a reconhecer e reencaminhar a sua apreciação ao Secretariado pela impressionante e frutuosa mobilização de recursos.**

## **3.0. PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

### **3.1. Criação do Fundo fiduciário: requisitos de registo e custos conexos**

3.1.1 Como é do conhecimento da Assembleia Plenária, nos termos do artigo 10.º da Constituição do FP-SADC, o Fórum está em vias de criar um fundo fiduciário (trust) na Namíbia, o qual terá o nome de «Fundo Fiduciário (Trust) do Fórum Parlamentar da SADC e seus Sucessores» como um dos seus órgãos.

3.1.2 Leva-se ao conhecimento da Assembleia Plenária que está em andamento o processo de registo do Fundo Fiduciário (Trust).

### **3.1.3. RECOMENDAÇÕES A SEREM SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

**A Assembleia Plenária é convidada a tomar boa nota destes novos elementos.**

**Deputado Darren BERGMAN  
TESOUREIRO**